

Currículo: debates contemporâneos



Alice Casimiro Lopes
Elizabeth Macedo
(organizadoras)

Capa e Projeto Gráfico: Estúdio Graal
Preparação de originais: Liege Marucci
Revisão: Maria de Lourdes de Almeida
Composição: Estúdio Graal
Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa das organizadoras e do editor.

© by Autoras

Direitos para esta edição
CORTEZ EDITORA
Rua Bartira, 317 – Perdizes
05009-000 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290
E-mail: cortez@cortezeditora.com.br
www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil – setembro de 2002

Sumário

- Apresentação 9
1. O pensamento curricular no Brasil
Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo 13
 2. O currículo híbrido: domesticação ou pluralização das diferenças?
Inés Dussel 55
 3. Uma história da contribuição dos estudos do cotidiano escolar ao campo de currículo
Nilda Alves e Inês Barbosa de Oliveira 78
 4. Diferença pura de um pós-curriculo
Sandra Mara Corazza 103
 5. Tempo e currículo: o quadro de horário e a distribuição escolar das ocupações
Mariano Palamidessi 115
 6. Poder, discurso e política cultural: contribuições dos Estudos Culturais ao campo do currículo
Marisa Vorraber Costa 133
 7. Conhecimentos escolares e a circularidade entre culturas
Maria de Lourdes Rangel Tura 150
 8. Sentidos e dilemas do multiculturalismo: desafios curriculares para o novo milênio
Ana Canen 174

9. A educação que se pergunta pelos outros: e se o outro não estivesse aqui?

Carlos Skliar 196

10. A apropriação educacional das tecnologias da informação e da comunicação

Raquel Goulart Barreto 216

Apresentação

Como nenhuma outra especialização em educação, influenciada como é pelas humanidades, artes e teoria social, currículo é uma área interdisciplinar híbrida de teoria, pesquisa e prática institucional. (Pinar, 1996: 865)

As discussões sobre currículo vêm assumindo maior importância nos últimos anos no Brasil, principalmente em função das variadas alterações que as propostas curriculares oficiais buscam trazer às escolas. Associada a essa centralidade, vemos surgir uma multiplicidade cada vez maior de referências para o campo do currículo, tornando difícil, inclusive, a sua delimitação. Assim, as referências à psicologia, primordiais até os anos 1970, ou à sociologia marxista, que ganhou força na década de 1980, são substituídas por uma variedade maior de perspectivas de análise. Especialmente relevantes são as discussões que apontam para as transformações por que vêm passando as sociedades atuais, nas quais fenômenos de globalização econômica, de mundialização da cultura e de redução das distâncias espaço-temporais convivem com a substituição das identidades-mestras, baseadas na idéia de nação, por identidades locais, muito mais plurais. Nesse contexto, a produção do campo do currículo volta-se para temáticas bastante diversas, algumas das quais abordamos neste livro.

- SILVA, T.T.da (org). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994
- SILVA, T.T.da (org). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Vozes, 1995a
- SILVA, T.T.da (org). *Alienígenas na sala de aula - uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995b
- SILVA, T.T.da (org). *Liberdades reguladas - a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petrópolis: Vozes, 1998
- SILVA, T.T. da. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999
- SILVA, T.T.da (org). *O que é afinal estudos culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 2000a
- SILVA, T.T.da (org). *Pedagogia dos monstros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000b
- SILVA, T.T.da (org). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000c
- TOURAINÉ, A. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995
- VEIGA-NETO, A (org.). *Crítica pós-estruturalista e Educação*. Porto Alegre: Sulina, 1995
- YOUNG, M. Taking sides against the probable: problems of relativity and commitment in teaching and the Sociology of knowledge. In: JENKS, C. (ed). *Rationality, education and social organization of knowledge*. London: Routledge & Kegan Paul, 1978

2. O currículo híbrido: domesticação ou pluralização das diferenças?¹

Inés Dussel

Professora da Escuela de Educación da Universidad de San Andrés.

Um livro já clássico do antropólogo Nestor García Canclini introduziu, no início da década de 90, a idéia de “culturas híbridas” para pensar a modernidade latino-americana. Argumentando com as visões “etapistas” da história regional que postulavam não caber falar de pós-modernidade quando a modernidade nem sequer chegava a ser um projeto inconcluso, Canclini postulou que as sociedades latino-americanas haviam produzido uma modernidade *sui generis*. Trata-se, segundo o autor, de uma modernidade fora de lugar – retomando a formulação do brasileiro Roberto Schwarz –, caracterizada pela hibridação de culturas, pela proliferação de estratégias e pela pluralização de temporalidades.

O texto de Canclini surgiu em paralelo com outras produções de teóricos anglo-saxões, que começaram a centrar-se no sincretismo e na hibridação das

¹ Traduzido do original em castelhano por Alice Castmiro Lopes e Elizabeth Macedo.

identidades coletivas e individuais, os objetos culturais e das práticas simbólicas e materiais. Os trabalhos de Homi Bhabha e Stuart Hall, dentre outros, deram relevo à ambivalência das identidades contemporâneas, sobretudo das identidades binárias que até então eram pensadas como homogêneas e orgânicas. Hall, por exemplo, em um artigo sobre as novas etnias, assinalou um reconhecimento crescente da diáspora das identidades negras, já não racialmente determinadas, mas configuradas por processos que desacomodam, recombina e hibridizam as experiências identitárias (Hall, 1990). Pode-se observar uma linha ascendente na difusão do conceito: hoje, ele aparece como um termo estabelecido como ortodoxia nos estudos culturais e na teoria social, a ponto de uma compilação recente (Brah & Coomes, 2000) se ocupar dos muitos descontentamentos que sua utilização vem gerando.

Os descontentamentos são vários. Para Brah e Coombes, atrás dessa rápida expansão, se escondem as origens problemáticas do termo, profundamente enraizado no projeto colonial de dominação racial do século XIX, e se produz uma celebração acrítica das diferenças que deixa de lado desigualdades fundantes. Young (1995), por outro lado, já havia discutido, há alguns anos, a complicidade entre os primeiros usos do conceito e os desejos coloniais, ainda que acreditasse ser possível rearticular o ter-

mo com tradições críticas emancipatórias ou desconstrutivas.

Neste ensaio, queremos propor uma passagem pela genealogia do termo e a discussão de alguns usos que podem ser feitos pela teoria e história do currículo. Sustentaremos que pensar o currículo em termos de hibridação contribui para analisar a complexidade dos processos de produção culturais, políticos e sociais que o configuram, introduzindo novas idéias em um campo cujas perguntas foram, muitas vezes, pobres teórica e tecnicamente (por exemplo, buscando formas curriculares puras, “à prova de professores”, ou postulando aplicações simplistas de teorias psicológicas ou sociológicas). Também assinalaremos que se deve produzir um “escrutínio crítico” da noção de hibridação, evitando contentar-se com observar o óbvio e, também, evitando deter o pensamento em uma ingênua celebração da pluralidade e da transgressão, que não se importa com as práticas culturais, políticas e sociais em que se inscreve o hibridismo. Como dizia Foucault, todos os conceitos são perigosos; trata-se de eleger o perigo que se vai correr, as batalhas das quais se quer livrar, as promessas que se quer enunciar e as que se quer silenciar. A hibridação tem uma história repleta de colonialismo, mas também de lutas anti e pós-coloniais. É dessa história e das perspectivas que ela abre que vamos nos ocupar neste texto.

O hibridismo e as estratégias de governo da diferença

Queria começar o relato por uma genealogia do termo que ponha em relevo a sua emergência em estratégias e debates para conter e domesticar a diversidade. O termo híbrido, informa Robert Young (1995), começou a ser utilizado no idioma inglês no século XIX, com referência à botânica e à zoologia. Embora presente na literatura desde o século XVII, fortaleceu-se com o impulso classificatório da ciência do século XIX, preocupada em identificar as espécies em taxionomias de conhecimento. Em 1828, segundo o dicionário Webster, o híbrido era “um mestiço ou mula; um animal ou uma planta produzido pela mistura de espécies” (Young, 1995: 6). O uso do termo aplicado a seres humanos data de meados do século XIX. Em 1813, Prichard, argumentando que os humanos eram provenientes todos de uma mesma espécie, falava em “raças mistas” ou “intermediárias”. No entanto, apenas em 1860, passou-se a aceitar o uso do termo híbrido para o “filho de pais humanos de diferentes raças ou mestiço” (Oxford English Dictionary, citado por Young, *idem*).

Por que esse uso surge naquele momento? Com Foucault, está-se tentando fazer uma história das problematizações, tratando de entender qual é a relação

Lamentavelmente não contamos com genealogias do termo em outros idiomas. Chamou nossa atenção que híbrido derive do vocábulo latino *hybris*, injúria; caberia escrutinar rigorosamente a etimologia e seguir a pista da transformação da injúria em cruzamento de duas espécies ou elementos. Será que na cultura ocidental esse cruzamento sempre foi visto como uma ferida, uma ofensa, um corte na mesmidade?

A problematização é um tipo de história que busca “definir as condições nas quais os seres humanos problematizam o que são, o que fazem e o mundo em que vivem”. (Foucault, 1990:10)

entre a extensão do termo e a expansão dos poderes coloniais europeus. Com risco de cair em explicações um tanto mecânicas, é difícil deixar de estabelecer laços entre essa empreitada epistemológica e o projeto colonial. A suposição de que havia formas puras ou normais, representadas pelo parâmetro europeu, direcionava tanto o trabalho de botânicos e de zoólogos em viagem pelo mundo quanto a preocupação dos poderes coloniais de controlar, supervisionar e regular essa pureza em sua disseminação pelo globo. Poder-se-ia dizer que a identificação de formas mistas teve, antes de tudo, uma vontade normalizadora. Por um lado, buscava-se classificar o que surgia na fronteira do império em relação a uma norma e, assim, subordiná-lo e domesticá-lo. A classificação das raças era o passo necessário para estabelecer uma hierarquia que reafirmava o domínio europeu. Por outro, encaixar as formas mistas em uma classe (o mestiço, por exemplo) era também uma necessidade burocrático-judicial, visto que a proliferação dos tipos híbridos criava problemas de ordem administrativa e penal para as metrópoles. Poder “capturar” essa proliferação em tipos definidos e administráveis era pôr ordem em uma situação que ameaçava fugir ao controle. Subordinação e contenção/enquadramento seriam, então, dois “usos” da identificação de tipos híbridos dentro dos impérios coloniais.

A problematização questiona o pensamento, os gestos e atitudes que parecem naturais, e trata de reinscrevê-los como parte das transformações de uma prática que enfrenta dificuldades e obstáculos e para a qual diversas soluções práticas parecem razoáveis e factíveis. Não é um tropos retórico nem um tópico, mas uma forma de conceber um sujeito, de olhar um problema, de definir códigos e discursos que são apropriados para lidar com ele.

A dengue do mulato, é certo que vai às vezes ao extremo da molície – certas ternuras de moça, certos modos doces, gestos quase de mulher agradando homem, em torno do branco socialmente dominante. Alguma coisa do adolescente diante do homem sexual e socialmente maduro, o homem completo e triunfante que ele, adolescente, no íntimo quer exceder (...). Socialmente incompleto, o mulato procura completar-se por esse esforço doce, oleoso, um tanto feminino. (Freyre, 1996: 647)

O inglês tornou-se também a língua franca na medida em que qualquer pessoa letrada no mundo é, no sentido bem real, alijada se não souber inglês. Pobreza, fome e doenças são instantaneamente reconhecidas como as formas mais cruéis e menos desculpáveis de privação. A privação linguística é uma condição menos facilmente observável, embora de grande significado. (Burchfield, 1985: 160-1)

As formas mistas ou híbridas se centraram, basicamente, em torno de dois eixos de preocupações: a linguagem e o sexo (Young, 1995). A primeira preocupação pode ser vista em todas as obras que se ocupam da fusão e da contaminação de linguagens, que descrevem as línguas creoles caracterizadas pelo contato e pela combinação de dois ou mais idiomas. Se a língua sempre foi “companheira do império”, no dizer de Antonio de Nebrija, criador da primeira gramática espanhola em 1492, no século XIX, essa associação teve outra visibilidade na configuração do poder colonial. A filologia e a antropologia se uniram às burocracias coloniais na revelação, representação e codificação das línguas indígenas e das línguas criadas pelo cruzamento cultural e político produzido pelos impérios europeus.

O segundo eixo de preocupações foi o sexo, inscrito na biopolítica imperial de controle/polícia da população da metrópole e da colônia. O sexo veio condensar a questão da mistura de raças. Os poderes coloniais seguiram políticas diversas, alguns favorecendo a mestiçagem nas colônias e outros perseguindo-a. Veja-se, por exemplo, o estudo de Ann Laura Stoler (Stoler, 2000) sobre as políticas francesa e holandesa, respectivamente, na Indochina/Vietnam e Indonésia. No caso ibero-americano, pode-se ressaltar que, se os impérios ibero-americanos, herdeiros de outras tradições político-epistemoló-

gicas, tenderam mais à mestiçagem do que à segregação racial, isso não implicou maior justiça ou igualdade nas relações entre as raças, mas em fronteiras mais lábeis. As sociedades coloniais estiveram fortemente hierarquizadas em termos raciais, porém as “castas” (como eram chamadas) não eram ordens fechadas nem impenetráveis.

A questão da hibridação estava, desde então, unida a discussões biopolíticas mais gerais. A preocupação com o sexo associava-se com a preocupação com a fertilidade. É conveniente recordar que algumas espécies híbridas, como a mula ou o asno, são estéreis, de modo que chamar de híbridos aos descendentes da combinação parecia um argumento suficiente para evitar ou denegrir a mistura de espécies. Tanto a antropologia como a biologia do século XIX sustentaram acalorados debates sobre se a hibridação produzia esterilidade, com o objetivo de, entre outras coisas, definir se as raças humanas eram espécies ou variedades distintas. Supunha-se que, se as raças fossem espécies diferentes, sua prole seria estéril. O caso da população da América do Sul e Central, no entanto, tendia a reforçar o argumento da variedade humana. Darwin dedicou um capítulo, em *A origem das espécies* (1859), ao “hibridismo”, concluindo que não há uma regra absoluta para a fertilidade dos híbridos, mas “muitas leis curiosas e complexas”, leis singulares e variáveis, que regulavam a relação entre

espécies e variedades distintas (Darwin, 1900/1859: 298; Young, 1995: 11-12)².

No entanto, a questão da hibridação assumiu outra feição no fim do século XIX quando o higienismo entrou em cena como estratégia de regulação das populações e como base central da construção da nação. Nessa época, a mistura adquiriu um valor negativo não apenas político, mas também moral e cultural. A saúde, novo parâmetro de ordem e de virtude, significava, sobretudo, evitar a contaminação, o contato com outros, o fluxo incontrolado (Salessi, 1995). Se já não podia se afirmar que a hibridação produzia exemplares estéreis, uma nova suspeita trazida pela teoria da degeneração se instalou. Mais uma vez foi invocado o caso sul-americano da mistura racial para ressaltar como, a despeito do transplante de

² Dentro do mesmo capítulo, Darwin introduz uma referência a Spencer sobre "o princípio da vida" que regula todas as espécies, princípio que contém muitos dos pressupostos do evolucionismo biológico e sociológico dominante em décadas posteriores. Dizia Darwin: "(há) um vínculo desconhecido, mas comum (que conecta diversos fenômenos), que está essencialmente relacionado com o princípio da vida; sendo esse princípio, de acordo com o Sr. Herbert Spencer, que a vida depende de, ou consiste em, ação e reação incessantes de várias forças que, como em toda a natureza, estão sempre tendendo a um equilíbrio; e, quando essa tendência é apenas modificada por alguma mudança, as forças vitais aumentam o seu poder". (Darwin, 1900/1859: 304-305). É interessante localizar esse enunciado dentro dos debates sobre a fertilidade das espécies híbridadas e sobre o futuro das "raças humanas" do século XIX, porque configura um argumento que traduz as lutas coloniais em chave biológica.

uma raça européia, o contato havia trazido a degeneração e a degradação a seus descendentes (Young, 1995: 16). As taxas declinantes de fertilidade, atribuídas ao clima e à mistura racial, as guerras civis e o reduzido progresso econômico demonstravam os efeitos nocivos da mistura.

A estratégia biopolítica higienista e os ecos da teoria da degeneração podem ser fortemente observados nos programas escolares de fins do século XIX. No caso da história, buscou-se embranquecer a raça da pátria e entronizar a versão creole oficial. No ensino das línguas, estabeleceu-se a língua correta, vigiando-se de perto a introdução de modismos ou de termos de outros idiomas (daí toda a parafernália legalista perseguindo galicismos, anglicismos, barbarismos – pela linguagem popular –, dentre outros). Enfim, em matérias como a higiene escolar, produziram-se saberes e estratégias encarregadas do disciplinamento do corpo, como o asseio, o cuidado com a vestimenta, a higiene pessoal, todos eles buscando a subordinação à autoridade médica-estatal.

Nessa época, também, alguns usos afirmativos ou irônicos do termo foram registrados. Os exemplos de Robert Young são da Inglaterra, mas outros poderiam ser encontrados na América Latina (penso, por exemplo, em Benito Juárez e na afirmação da raça mestiça como símbolo da nação mexicana, que se construiu depois da revolução de

1867). Os ingleses, herdeiros de anglos e saxões, de celtas e francos, normandos e daneses, foram ridicularizados por alemães (teutos puros para o estado bismarquiano pós-1871) como um caos sem raça ou uma raça mula. Por outro lado, Herbert Spencer afirmou que a Inglaterra era um exemplo de sociedade que havia progredido pelo amálgama de diversas raças. John Crawford observou, em 1861, que “Quem sabe não seremos mais que híbridos, e no entanto, provavelmente, não sejamos os piores por isso” (em Young, 1995:17).

Pode-se ver, então, que a história da hibridação como forma de problematizar o vínculo entre seres diferentes se associa a diversas estratégias e discursos para conter e domesticar a diversidade e, às vezes, também para afirmá-la positivamente como no uso irônico que fizeram nações impuras ou sujeitos coloniais.

A hibridação na teoria contemporânea: novidade ou obviedade?

Nas últimas décadas, a noção de hibridação ganhou novo impulso, desta vez para descrever os fenômenos difusos da cultura contemporânea (Garcia Canclini, 1990). Para alguns, essa disseminação ou proliferação de diferenças, essa mistura de fronteiras, é o signo mais claro da ruptura da modernidade e da irrupção de novas lógicas. Entretanto, não quere-

As identidades pós-modernas são trans-territoriais e multilingüísticas. Estruturam-se menos pela lógica dos estados do que pela dos mercados; em vez de se basearem nas comunicações orais e escritas que cobriam espaços personalizados e se efetivavam através de interações próximas, operam mediante a produção industrial de cultura, sua comunicação tecnológica e pelo consumo diferido e segmentado de bens. (Garcia Canclini, 2001:59)

mos repetir a autoconfiança pós-moderna que defende que esta é a primeira vez na história que os seres humanos podem desfrutar de um mundo complexo, mais difuso e mais fragmentado (Stoler & Cooper, 1997). A complexidade não é patrimônio dos contemporâneos. De qualquer maneira, temos que ser cuidadosos em assinalar os elementos novos na experiência atual que marcam algumas rupturas em como se expressa e se vive essa complexidade. Sustentamos que essa novidade é o que denota, ao menos em parte, o termo hibridação.

Uma das questões básicas que podem ser assinaladas nos usos contemporâneos do termo é a ruptura com a idéia de pureza e de determinações unívocas. A hibridação não só se refere a combinações particulares de questões díspares, como nos recorda que não há formas (identitárias, materiais, tecnologias de governo, etc.) puras nem intrinsecamente coerentes, ainda que essa mescla não seja intencional. Um dos teóricos mais importantes do pós-colonialismo, Homi Bhabha, sinaliza que o híbrido é um resultado da cultura colonial que se nega a si mesma. A replicação ou imitação que se dá nas fronteiras do império envolve sempre um deslizamento, uma ruptura que produz uma versão híbrida do original. O interessante é que Bhabha, longe de ficar na denúncia dessa cópia de segunda mão, ou de postular uma essência nacional que resiste à metrópole, afirma

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferentes culturais. Esses "entre-lugares" fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade. (Bhabha, 1998: 20)

a produtividade dessa mistura, desse "fora-de-lugar" ou "um-homeliness" que têm os híbridos (Bhabha, 1994). A hibridação aparece, então, como uma estratégia para discutir a proeminência do essencialismo, para por em questão a busca de entidades puras e não contaminadas, tanto na versão colonial como na anticolonial. O autor propõe uma discussão no interior das políticas do multiculturalismo, ao acentuar a mescla e a contaminação como bases da identidade, e não, como na versão dominante das políticas do reconhecimento, a pureza e a homogeneidade.

À ruptura política se soma uma ruptura epistemológica. Young (1995) assinala que os novos usos da hibridação se produzem em "economias complexas de reticulação agonística", e não na lógica da dialética hegeliana da tese e antítese. Nesse sentido, há que insistir que esse novo híbrido postulado pela teoria pós-colonial não é uma síntese dialética, mas uma ruptura e uma associação ao mesmo tempo, uma simultaneidade impossível do mesmo e do outro. Quando se quer converter dois em um (ou híbrido), de fato tenta-se converter o mesmo em outro, e o outro no mesmo³. Também se

³ Zizek, de cujo projeto não nos ocuparemos aqui mais do que tangencialmente, diria provavelmente que Hegel pode ser "resgatado" pela teoria contemporânea e que a dialética não tem porque ser essencialista nem historicista. (Ver, entre outros, Zizek, 1992).

rompe com a lógica aristotélica de que algo "não pode ser e não ser ao mesmo tempo": o híbrido é ambas coisas, e é uma terceira também – o novo.

John Krasniauskas (2000), pondo juntos os postulados de Bhabha e de Canclini, também situa o termo como parte de uma "política da teoria", na qual disputam, se articulam e se desenvolvem usos alternativos do híbrido. Seja a partir da psicanálise e da literatura, como Bhabha, ou a partir da sociologia e da antropologia, como Canclini, a hibridação vem denotar a coexistência de múltiplas temporalidades na modernidade. Fica clara também a produtividade da margem, do ex-cêntrico, dos "terceiros espaços" que estão dentro/fora da cultura ocidental.

Os trabalhos empíricos sobre a hibridação têm sido, em alguns casos, mais decepcionantes. Na revisão de Annie Coombes (2000) sobre os monumentos históricos na África do Sul pós-*apartheid*, descreve-se a "re-apropriação" do Monumento aos Voortrekker ou pioneiros Boer da era do *apartheid* por parte do Estado liderado pela nova maioria negra. De uma construção monolítica destinada a invocar a versão branca da história nacional, passou-se a ter outros usos, irônicos, indiferentes ou claramente transgressores (como sua utilização como cenário para fotos quase-pornográficas). Esses usos diversos são, para a autora, signos de que o monumento

A pedra original do monumento foi posta em 1938, 100 anos depois da marcha de famílias Boer contra o domínio inglês. Foi considerada uma peça essencial do nacionalismo afrikaaner.

se converteu em um híbrido que, “ainda que não seja capaz de des-investir o monólito de seu passado ignóbil e opressivo, oferece ao menos a possibilidade de indiferença no futuro” (Coombes, 2000:195). Sandra Klopper (2000), por outro lado, investiga a africanização dos trajes e da moda na África do Sul contemporânea, concentrando-se no estilo sartorial dos líderes políticos do Congresso Nacional Africano. Muitos desses líderes estiveram exilados na Europa e na América do Norte, e sua experiência diaspórica os converteu em mais ocidentais que muitas outras elites políticas africanas. Até 1993, eles usavam trajes ocidentais e zombavam dos norte-americanos que os visitavam envolvidos em tecidos estampados e coloridos por pensarem na África como o estereótipo do exótico. Por volta da segunda metade da década de 1990 começou-se a produzir uma transformação nos códigos de vestimenta, encabeçada por Mandela, em direção aos cortes e tecidos mais típicos de outros países da África Ocidental, aproximando os sul-africanos do estilo que antes criticavam. Os desenhistas seguiram essa tendência e criaram uma roupa que combinava cortes e tecidos africanos com a alta costura européia. Para Klopper, essa africanização da vestimenta é um híbrido que se caracteriza por uma “reavaliação complexa não só de seu passado, mas também da relação cambiante

Mandela foi criticado por vestir roupa muito colorida. O bispo Tutu criticou suas camisas de seda estampadas e disse que prejudicavam a dignidade de seu posto. Mandela lhe respondeu: “Isso é um pouco forte vindo de um homem que usa vestidos”. (Citado por Klopper, 2000: 227)

com o resto da África” (Klopper, 2000: 228). Trata-se de um correlato de um novo sentido da identidade, produto da diáspora, da marginalização e de uma nova afirmação de seu poder.

Os dois estudos assinalam processos de apropriação e mescla cultural contemporâneos de forma muito perspicaz, nos quais o velho e o novo se rearticulam, nos quais se invertem as relações de dominador-dominado e se produzem novos sincretismos e misturas. Entretanto, tem-se a sensação de que o que assinalam, para além da riqueza das descrições, se coloca em território conhecido e parece mais óbvio que novo. Afinal de contas, há tantas diferenças entre a africanização da vestimenta e a “invenção da tradição” de que falavam Hobsbawm e Ranger anos atrás? Faz falta toda a sofisticação da teoria da hibridação para descrever esses processos culturais? Sobretudo, há por acaso alguma cultura que não produza misturas, que não atue sincreticamente sobre produtos ou dinâmicas de outras culturas?

Sinalizamos anteriormente que a complexidade não é patrimônio dos contemporâneos, mas cremos que há alguns elementos novos na experiência atual. Esses elementos são os que tentam descrever e desenvolver a teoria da hibridação. Trataremos de defender essa novidade a partir da análise de alguns usos dessa teoria para o estudo do currículo.

O currículo híbrido: ampliando os usos

Seguindo com os questionamentos anteriores, pode-se dizer que é possível encontrar discursos híbridos na educação desde a emergência da escola pública. A própria a noção de currículo pode ser considerada como um híbrido, se a pensamos como o resultado de uma alquimia que seleciona a cultura e a traduz a um ambiente e uma audiência particulares (Bernstein, 1990; Popkewitz, 1998). Os discursos curriculares também têm sido estudados como híbridos que combinam distintas tradições e movimentos disciplinares, construindo coalizões que dão lugar a consensos particulares. Kliebard (1986), por exemplo, tem assinalado que o currículo norte-americano é um híbrido de pelo menos quatro tradições: a humanista, centrada nas disciplinas tradicionais; a pedagogia centrada na criança ou paidocentrismo; o eficientismo social de Taylor e Bobbitt; e o reconstrucionismo social dos anos 1930, que postulava a importância da reforma social como eixo do currículo. Para Kliebard, o currículo "ajustado às solicitações da vida", que emerge no anos 1950, é o resultado das lutas entre essas tradições. Essas lutas criaram camadas sucessivas de sentido que conseguiram se afirmar em territórios, instituições ou disciplinas diversas. O trabalho de Kliebard foi muito importante na teoria curricular de fins dos

O currículo flutua constantemente ao longo do tempo em resposta às necessidades sociais e econômicas. Além disso, em um dado momento, ele não é uma reflexão coerente e explícita sobre o que uma sociedade espera que suas crianças e adolescentes saibam. Até as expressões formais e documentadas sobre aquilo que os currículos devem ser não são nada consistentes, sendo frequentemente contraditórias. (...) Nesse sentido, o currículo representa mais um cruzamento nebuloso de interesses de variados grupos em uma sociedade do que uma expressão articulada de forma unificada e não-ambígua de valores de uma cultura. (Kliebard, 1992:12)

anos 1980 e dos anos 1990, criticando o determinismo e o simplismo da história revisionista norte-americana e da teoria reconceptualista que havia sido sua principal tributária. Ele o fez em dois movimentos: por um lado, estabeleceu a relevância dos distintos grupos curriculares e desenvolveu a heterogeneidade de suas propostas; mas, por outro, em uma operação que nos parece fundamental, assinalou a historicidade e especificidade do currículo, acentuando como essas tradições foram surgindo umas em relação às outras, superpondo-se, opondo-se, articulando-se, configurando assim um espaço plural que não é possível dotar de um só sentido.

O que é novo, então, na hibridação contemporânea? Tomando as sinalizações de Bhabha e de García Canclini, diremos que um de seus traços principais é a rapidez com a qual opera para incluir distintos discursos e, portanto, a velocidade com a qual se perdem os marcadores originais do discurso. Um exemplo dessa dinâmica é a apropriação de reformas curriculares estrangeiras. Tomemos o caso da reforma curricular argentina. Em seus primeiros anos, a reforma argentina foi proposta como o reflexo da reforma espanhola levada a cabo nos anos 1970 e reformulada nos anos 1980 pelo governo socialista de Felipe González. Por sua vez, os espanhóis haviam adotado muitas das reformas dos Estados Unidos para produzir sua própria mudança, influência

que não foi reconhecida. Mais adiante, porém, quando a reforma espanhola foi crescentemente considerada um fracasso, a retórica oficial foi-se deslocando em direção a outros países europeus e latino-americanos (Portugal, França, Colômbia, Chile) para encontrar legitimidade. Em cada passo, os traços do contexto original, sua própria sistematicidade e historicidade, foram apagados e disseminados em uma mescla de políticas cuja emergência já não era reconhecível.

A hibridação, então, opera através da mobilização de distintos discursos dentro de um âmbito particular. Articula modelos externos e, ao fazê-lo, repete um dos movimentos tradicionais feitos na periferia em relação ao centro – a impossível, sempre frustrada, cópia do original, como dizia Bhabha (1994) –, mas também articula diferentes tradições e discursos. Nessa nova montagem de conceitos e de figuras, nessas novas séries e equivalências discursivas, cria novos sentidos.

Essa operação, entretanto, não se realiza no vazio. Ainda que certamente concordemos com a idéia de que não há significados essenciais para um conceito (como disse Wittgenstein, “os conceitos têm asas”), essas “asas” se desenvolvem em condições históricas particulares, que impõem certos limites à articulação de novos sentidos. Assim, a Reforma Geral da educação espanhola ou a experiência colombiana da Nova Escola se movimen-

tam dentro de um discurso curricular que também dá conta, direta ou indiretamente, das tradições e experiências nacionais e locais. A hibridação, então, implica um processo de tradução que põe essas novas experiências e direções em relação com as que já estavam disponíveis previamente. Assim como no palimpsesto encontramos vestígios de escrituras prévias, nos discursos híbridos há também sentidos e articulações prévias que formam parte de sua textura.

Os discursos da reforma curricular argentina, seguindo com o exemplo, retomaram elementos prévios, como a tradição federal e de autonomia provincial que vinha do século XIX e que foi arvorada pelo peronismo como símbolo de democracia e de quebra da hegemonia centralizadora anterior. Também recuperaram os discursos democráticos da década de 1980, produto da luta antiditatorial e mais ligados às teorias institucionalistas e liberal-democráticas, ainda que essa recuperação tenha sido muito mais tímida e, eventualmente, relegada ao esquecimento. Finalmente, incorporaram os discursos internacionais da reforma, sobretudo a idéia de *management-centrado-na-escola* e de autonomia e de profissionalização docentes baseadas no domínio do conhecimento especializado, que provinham de tradições e políticas muito diferentes (cf. Popkewitz, 1998). O resultado não é um “pastiche” desconexo, mas uma rearticulação de discursos

Ver o caso da banda de rock Hybrid Theory: “A maior confusão a nosso respeito é de que somos apenas uma banda de rock”, descreve Brad Delson, guitarrista de Linkin Park “Pensamos que nossa música é um cruzamento de muitos gêneros; um híbrido daquilo em que cada um de nós seis vive”. O título do primeiro álbum da banda e seu nome original, Hybrid Theory, descreve tanto os objetivos dos seis artistas quanto a sua maneira de fazer música. O som de Linkin Park, uma mistura de rock pesado alternativo, hip-hop e floreios eletrônicos, é totalmente seu, uma realização fortalecida pela composição notavelmente poderosa e orgânica da banda. Mas quase tudo sobre a Linkin Park permanece desconhecido, incluindo sua origem sul californiana. (<http://www.linkinpark.com/lphtml/content/bios/>)

tos heterogêneos que produziram efeitos profundos na estrutura do sistema educativo, criando novos sujeitos da determinação curricular (os especialistas disciplinares, os técnicos das províncias que tiveram a seu cargo a confecção de desenhos curriculares provinciais) e instituindo novas lógicas e legitimidades dentro do currículo (cf. Dussel et alii, 2000).

Finalmente, em nossa revisão dos discursos híbridos, quisemos nos distanciar da mera celebração do pluralismo, que crê que a multiplicidade ou o magma de discursos envolvidos na hibridação elimina, *per se*, as hierarquias e os binarismos. No exemplo da reforma curricular argentina, é possível ver como a hibridação interrompe as hierarquias estabelecidas de discursos, mas para construir uma nova, não necessariamente mais democrática, povoada de especialistas e de técnicos que ocupam a posição que antes tinham os políticos ou os intelectuais orgânicos do Estado. A hibridação mobiliza alguns sentidos e reprime ou apaga outros. Constrói-se tanto pelo reconhecimento e sanção de alguns discursos, como pelo esquecimento e repressão de outros (Shapiro, 1997). Não é a panacéia que acabará com a desigualdade nem é ela, tampouco, a culpada de todos os males. É um bom indicador do novo território em que se dá a luta: um território mais móvel, mais lábil, menos afincado e mais des-investido de tradições e passados, os quais rapida-

mente se deixa de lado. Se provê uma estratégia de luta significativa contra o essencialismo de todo tipo, também corre o risco de obscurecer a profunda desigualdade que segue existindo em nossas sociedades. Mas aqui convém citar novamente Foucault, quando diz que “enquanto outras políticas só reconhecem necessidades ideais, determinações unívocas ou o livre jogo das iniciativas individuais, uma política progressista reconhece as condições históricas e as regras específicas de uma prática” (Foucault, 1991/1968: 70).

Tratamos, neste artigo, de descrever as práticas teóricas e políticas da hibridação, para assinalar os limites e as possibilidades que inaugura. Cabe-nos agora enfrentar a pergunta ética e política de qual é o uso que faremos dela.

Referências bibliográficas

- BERNSTEIN, B. *The Structuring of Pedagogic Discourse*. New York and London : Routledge, 1990
- BHABHA, H. *The Location of Culture*, London and New York : Routledge, 1994
- BHABHA, H. *O local de cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998
- BRAH, A.; A. E. Coombes. Introduction: the conundrum of "mixing", in: BRAH, A. y A. COOMBES (eds.), *Hibridity and its Discontents. Politics, Science, Culture*. London and New York : Routledge, 2000, 1-16.
- BURCHFIELD, R.W. *The english language*. Oxford: Oxford University Press, 1985
- COOMBES, A. Translating the past: apartheid monuments in post-apartheid South Africa, in: BRAH, A. and A. E. COOMBES, Eds. *Hibridity and its Discontents. Politics, Science, Culture*. London and New York : Routledge, 2000, 173-197.
- DARWIN, Ch. *The Origin of Species*. New York, P.F. Collier & Son, 1900/1859
- DUSSEL, I., G. TIRAMONTI; A. BIRGIN. Decentralization and Recentralization in the Argentine Educational Reform: Reshaping educational policies in the '90s, in: POPKEWITZ, T. (ed.). *Educational Knowledge: Changing relationships between the state, civil society, and the educational community*. Albany: State University of New York Press, 2000, 155-172.
- FREYRE, G. *Sobrados e mocambos 2: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Record.
- FOUCAULT, M. *The Use of Pleasure. The History of Sexuality*. trad. R. Hurley, New York: Vintage Books, 1990
- FOUCAULT, M. Politics and the Study of Discourse, in: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (Eds.) *The Foucault effect: studies in governmentality*. Chicago : The University of Chicago Press, 1991/1968, 53-72.
- FOUCAULT, M. What our present is. In: Lotringer, S. (ed.). *Michel Foucault. The Politics of Truth*. New York : Semiotext(e), 1997/1981, 147-168.
- GARCÍA CANCLINI, N. *Culturas híbridadas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad*. México : Grijalbo/Conaculta, 1990, (trad. inglesa: *Hybrid Cultures. Strategies for Entering and Leaving Modernity*. Minneapolis & London : University of Minnesota Press, 1995, trad. Ch. Chiappari y S. López).
- GARCÍA CANCLINI, N. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001
- HALL, S. "New Ethnicities", in: BAKER Jr., H.; DIAWARA, M.; LINDENBORG, R. (eds.). *Black British Cultural Studies. A Reader*, Chicago & London : The University of Chicago Press, 1996/1988, 130-145.
- KLIEBARD, H. *The Struggle for the American Curriculum, 1893-1958*. New York and London : Routledge & Kegan Paul, 1986
- KLIEBARD, H. *Forging American curriculum*. New York: Routledge, 1992
- KLOPPER, S. Re-dressing the past: the Africanisation of sartorial style in contemporary South Africa, in: BRAH, A.; COOMBES, A. E. (eds.). *Hibridity and its Discontents. Politics, Science, Culture*. London and New York : Routledge, 2000, 216-232.
- KRASNIAUSKAS, J. Hibridity in a transnational frame, in: BRAH, A. & COOMBES, A. E. (eds.). *Hibridity and its Discontents. Politics, Science, Culture*. London & New York : Routledge, 2000, 235-256.
- POPKEWITZ, Th.S. *Struggling for the Soul. The Spatial Politics of Teacher Education Reform*. New York : Teachers'College Press, 1998
- ROSE, N. *Powers of Freedom. Reframing political thought*. Cambridge, UK & New York : Cambridge University Press, 1999
- SALESSI, J. *Médicos, maleantes y maricas. Higiene, criminología y homosexualidad en la construcción de la Nación Argentina (Buenos Aires, 1871-1914)*. Rosario : Beatriz Viterbo Editora, 1995
- SHAPIRO, M. *Violent Cartographies. Mapping Cultures of War*, Minneapolis & London : University of Minnesota Press, 1997
- STOLER, A. L. & COOPER, F. "Between Metropole and Colony. Rethinking a Research Agenda", in: Cooper, F.; Stoler, A.L. (eds.). *Tensions of Empire. Colonial Cultures in a Bourgeois World*, Berkeley/Los Angeles/London : University of California Press, 1997
- STOLER, A. L. Sexual affronts and racial frontiers: European identities and the cultural politics of exclusion in colonial Southeast Asia, in: BRAH, A.; COOMBES, A. E. (eds.). *Hibridity and its Discontents. Politics, Science, Culture*. London & New York : Routledge, 2000, 19-55.
- YOUNG, R. *Colonial Desire. Hibridity in Theory, Culture and Race*. London & New York: Routledge, 1995
- ZIZEK, S. *O sublime objeto da ideologia*. México : Siglo XXI, 1992

O pensamento curricular contemporâneo caracteriza-se por uma diversidade de questões marcadas pelo hibridismo teórico. Distante dos tempos em que o campo do currículo era delineado pelo enfoque técnico e instrumental, múltiplos enfoques teóricos se entrelaçam e se desdobram em uma pluralidade de concepções curriculares.

Desse contexto híbrido e plural, selecionamos para este livro alguns dos importantes debates da atualidade, a fim de apresentar algumas das possibilidades investigativas, expressando a fertilidade teórica do campo.

Pretendemos que esse conjunto de textos venha a ser uma possível iniciação ao campo do currículo para todos aqueles que atuam e refletem sobre educação.

Especialmente em um tempo no qual o currículo vem adquirindo tamanha centralidade nas políticas educacionais, desenvolvidas sem o devido diálogo com os pesquisadores do campo e com aqueles que de fato realizam o currículo no cotidiano escolar, acreditamos ser importante ampliar a discussão sobre temas como diferença, cotidiano, tecnologias, espaços, tempos, poder, cultura, conhecimento e suas implicações curriculares.

*Alice Casimiro Lopes
Elizabeth Macedo*



CORTEZ
EDITORA